

LIMITES DA ESCRITURA PÚBLICA DE UNIÃO ESTÁVEL: UM ENSAIO SOBRE A VALIDADE

Giovani Guitti Gianellini

Sumário: 1. O tempo à guisa de introdução. 2. Casamento e união estável (o antigo concubinato) – breve histórico e elementaridades. 3. A Constituição brasileira de 1988 – hierarquia dos modelos familiares. 3.1. Lei 8.971/1994. 3.2. Lei 9.278/1996 (Lei Álvaro Villaça Azevedo). 3.3. Código Civil de 2002. 4. Escritura pública. 5. Regime de bens. 5.1. Hermenêutica das normas restritivas de direitos. 5.1.1. A outorga entre companheiros. 6. Normas de ordem pública. 6.1. Pactos sucessórios não testamentários – *pacta corvina*

1. O TEMPO À GUISA DE INTRODUÇÃO



eternidade é a absoluta antítese do tempo. O tempo, que só existe no ser cognoscente¹, responde instrumentalmente pela coleta da experiência humana, submetendo as impressões do mundo físico ao critério organizacional que a mente projeta. Esse condicionante lógico-estrutural dos fenômenos intrasubjetivos (de si para si) e intersubjetivos (de si para outrem – inclua-se, por conveniência, toda a sorte das interações físicas) significa, em seu perfil jurídico, um marco, uma condicionante, que, pela própria natureza, pressupõe a sucessão de elementos. É um critério de desequiparação, notadamente no campo dos

¹ Carvalho, *Curso*, p. 117.

fatos².

Em sentido menos abstrato, tomar conceitos é imprimir o momento histórico, um dado imprescindível do *tempo* (considere-se, doravante, o padrão dos séculos como sinônimo para o termo). A imutabilidade, como se disse, não frutifica. É, no universo, natimorta, pois o instante e o milênio são consortes equiparáveis no esquecimento. No que tange o Direito, um conceito é lavrado na ideologia abalizadora do comportamento humano em determinado contexto. Nesta razão, dizemos que o pensamento da sociedade produz suas virtudes e mazelas ideológicas pela mediana do consenso, o que se convencionou denominar *cosmovisão*³. É dizer: o que, mais ou menos, pensa uma sociedade, mais ou menos, representará seus diplomas jurídicos. Assim, segundo o que se denominou, no século XIX, Escola Histórica, movimento pré-positivista, o direito seria o resultado natural do *espírito do povo* (*Volksgeits*)⁴.

Sem que nos preocupemos com as minúcias apofânticas (verdade/falsidade) do que se propôs, é o quanto basta à guisa de introdução para o presente estudo, de modo que analisaremos o perfil das famílias no século XX, sob a égide do Código Civil de 1916 e a ideologia tardia que o mesmo, anacronicamente, introduziu quando de sua promulgação⁵. Na sequência, avançaremos a discussão do tema com a força dulcificadora que a Constituição da República de 1988 positivou em sede das relações jurídicas de família, com os consectários legais da década dos anos 1990 (a saber, leis 8.971/1994 e 9.278/1996); finalmente, com a promulgação do novo Código Civil, no ves-

² Simão, *Tempo*, pp. 82-83.

³ Ferreira Filho, *Curso*, p. 7. Aparentemente, o termo *zeitgeist* foi cunhado por Johann Gottfried Herder, nos idos de 1769, para significar o espírito de uma época.

⁴ Cf. Mascaro, pp. 263-264. Cf. Pontes de Miranda, t. VII, § 758, I. “Dentro da vida do mesmo povo, ou entre povos diferentes, cujas vidas se comparam, é sempre de proveito dizer-se qual o *grau* de evolução do preceito jurídico, ou das suas consequências.”

⁵ Cf., a respeito da compreensão histórica do Código e, principalmente, sobre o fenômeno da (des)codificação, Gomes, *Introdução*, p. 53.

tíbulos do século XXI, as consequências das relações de fato e o seu cotejo com o instituto do casamento⁶.

2. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL (O ANTIGO CONCUBINATO) – BREVE HISTÓRICO E ELEMENTARIDADES

Analisar os contornos patrimoniais da união estável, na sinuosidade teórica que lhe é peculiar, significa examinar a matriz normativa e sociológica do próprio instituto⁷. Assim, antes de a submetemos ao escrutínio dogmático, importante recuperar o contexto em que se desenvolveram as proposições acadêmicas que culminaram na sua cristalização, haja vista delas extrairmos implicações importantes.

O Código Beviláqua, de 1916⁸, substancialmente aristocrático e patriarcal, extraíra, quando da sua elaboração – final do século XIX e início do século XX –, valores de uma sociedade impregnada pelo ideário colonial, que subsistia nos rincões rurais que estruturavam a sociedade brasileira e, conseqüentemente, impunham no plano legislativo seus conseqüentários ideológicos conservadores⁹.

Nesse cenário, cujas sólidas fundações permanecem nas décadas finais do Império, e que muito lentamente foram erodidas, o *discrímen* quanto aos gêneros é flagrante e suas conseqüências jurídicas implacáveis. O processo de simetrização (de direitos) do homem e da mulher, embora em curso, não foi

⁶ O percurso legal a ser percorrido para efeitos deste artigo será: i) Código Civil de 1916, ii) Súmula nº 380 do STF de 12.05.1964, iii) Constituição da República de 1988, iv) Lei nº 8.971 de 1994, v) Lei nº 9.278 de 1996 e, finalmente, vi) Código Civil de 2002.

⁷ Simão, *Novo Milênio*, p. 345.

⁸ A respeito do seu conservadorismo orgânico, cf. as ponderações de Orlando Gomes, *princípios morais*, p. 14; *indissolubilidade do casamento*, pp. 15-16; *regime legal da comunhão universal de bens*, p. 16; *manutenção do patrimônio familiar*, p. 17.

⁹ Gomes, *História*, cf., a respeito da estrutura social do país, v.g., pp. 18, 22, 24-25,

suficientemente promovido pelo legislador de 1916¹⁰.

Nesse contexto, a família, do ponto de vista do Direito, é compreendida pela união dos cônjuges e de sua prole¹¹. Assim, embora se possa cogitar em família fora do casamento, no plano do Direito de Família, seria ela circunscrita à família legítima¹².

Doutro lado, tem-se a família ilegítima, assentada na união de homem e mulher não casados. O termo concubinato encontra sua etimologia latina em *concubinatio*, que deriva de *concubinatus* (estado de *mancebia*¹³), de origem do verbo *concubo-are* ou *concumbo-ere*, cuja significação é “deitar-se, encostar-se juntamente, ou ao pé de”, “ter comércio, cópula carnal com”. Os antigos, denominavam *pelice* a mulher que, embora não casada, vivesse com um homem. Há, também, a denominação *amiga* e *concubina*¹⁴. Aliás, as referências à mulher não casada, mas que mantém uma estreita relação com um homem, sempre foram designações altamente pejorativas, imbuídas de altas doses de conotação sexual e com expressões das mais variadas, tais como *barregã* (mulher que procura filhos), *amante*, *amásia*, *arranjo*, *teúda* (tida sexualmente) e *man-teúda* (mantida economicamente)¹⁵.

O início do século, a família informal, denominada ilegítima, assim o era, espraiando-se seus reflexos, inclusive, à condição filial, tida como inferior¹⁶.

Avanços, no entanto, puderam-se observar. A doutrina, a partir da experiência que se construiu sobre as relações não eventuais entre homens e mulheres, forjou o concubinato a uma

¹⁰ Miranda, t. VII, § 758, 3.

¹¹ França, *Doutrina*, p. 103.

¹² França, *Doutrina*, p. 109.

¹³ *Mancebo*, nesta razão, do latim *mancipus*, é o amante, aquele que vive em mancebia, cf. Etimológico, p. 405.

¹⁴ França, *Doutrina*, pp. 305-306.

¹⁵ Cf. Simão, *Novo Milênio*, p. 346*; De Plácido, p. 332; Concúbito, s.m., do lat. *concubitus*, que significa “cópula, coito”, Dic. Etimológico, p. 169.

¹⁶ França, *Doutrina*, p. 306.

dicotomia essencial, a saber, i) puro (ou natural) e ii) espúrio (ou impuro). Aquele se verificava entre pessoas livres e desimpedidas; este, entre pessoas (ou pessoa, caso apenas um dos pares o seja) impedidas de se casar¹⁷.

Com efeito, dessa distinção e, fundada na modalidade “pura”, surgiu o conceito de união estável (ou união livre)¹⁸, fato jurídico que o direito tratou de regulamentar.

3. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 – HIERARQUIA DOS MODELOS FAMILIARES

E, tratando-se do caráter altamente mutável do direito de família, donde vigorava a cristalizada lógica da família legítima, esta se liquefez pelas transformações da própria sociedade que, com o advento da Constituição de 1988 dulcificou o fluido resultante da paulatina releitura dos seus institutos. Melífluo, portanto, é o direito de família atual. Assentado no afeto como valor jurídico norteador das relações que dele promanam: as famílias.

Linguisticamente, companheiro (ou convivente) representou, no campo simbólico-dogmático, uma vitória para os casais que viviam e se compreendiam como se família fossem. Essa designação, conforme foi mencionado, erigiu-se sobre o conceito do concubinato puro. Entretanto, embora ambas as denominações enfeixem o vínculo jurídico que se estabelece entre pessoas não impedidas de casar, mas cujo desejo de constituir família as une, os sentidos que delas dimanam não convergem ontologicamente.

Convivente¹⁹ é aquele que vive concomitantemente, que

¹⁷ França, *Doutrina*, p. 307. Cf. Simão, *Novo Milênio*, p. 347. Esclarecedora a distinção proposta por Tartuce e Simão, *Direito Civil*, pp. 292-293.

¹⁸ Simão, *Novo Milênio*, p. 347; De Plácido, p. 1439.

¹⁹ Cf. convivente, adjetivo, (de *conviver* + o sufixo *-nte*, formador de adjetivos com ideia de ação/estado) e *conviver*, verbo, (prefixo *co-*, do latim *cum* [com], que signi-

compartilha a existência no espaço-tempo. Convive-se, numa metrópole, com milhões de pessoas, delas ignorando-se a existência efetiva ou, pelo telejornalismo, conhecendo-se apenas sua sorte (geralmente em catástrofes). Conviver é um vínculo não qualitativamente vitalício. O critério é histórico.

Companheiro²⁰, por sua vez, encontra sua etimologia no latim *cum panem*. Companheiros são aqueles que “dividem o pão”. E, nesta razão metafórica de partilha do alimento, integram-se os demais elementos da vida compartilhada. O pão, no caso, é um atavio linguístico para a verdade interior – o vínculo propriamente dito. O critério, portanto, não é físico. Não se trata da contemporaneidade da vida de duas pessoas, mas do aspecto subjetivo da relação que se estabelece entre elas.

Assim, o advento da Constituição de 1988 alçou a união estável (antigo concubinato puro) à categoria de família²¹, recebendo, consequentemente, a especial proteção do Estado. Ocorreu, no plano positivo, uma mudança de paradigma²².

A questão que se propõe, no entanto, é determinar se existe hierarquia entre o casamento e a união estável, pois, conforme o artigo 226, § 3º, da Magna Carta a lei deve “facilitar sua conversão em casamento”. Que significa essa proposição?

Duas são as correntes sobre a questão²³:

a) o casamento possui *status* jurídico superior à união estável.

b) o casamento e a união estável gozam do mesmo *status* jurídico, porém o legislador infraconstitucional não poderá criar óbices à conversão.

Segundo a primeira corrente, o constituinte escalonou

fica contiguidade + *viver*, do latim *vivere*, ter ou estar com vida). Cf. Etimológcio, prefixo *co-* p. 157, *conviver*, p. 178, *viver*, pp.680-681; Aurélio, sufixo *-nte*, p. 1482.

²⁰ Sobre a formação do vocábulo, cf., no que couber, a nota 19, supra.

²¹ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

²² Simão, *Novo Milênio*, p. 350.

²³ Simão, *Novo Milênio*, p. 351.

os institutos, de sorte que o casamento ocupa o topo da pirâmide normativa e, sob pena de inconstitucionalidade, não poderá privilegiar, sob quaisquer aspectos, a união estável²⁴.

No que se refere à segunda corrente, que se orienta pela igualdade dos institutos, a inconstitucionalidade estaria na eventual lei que vertesse óbices à conversão da união estável em casamento²⁵.

Dáí concluir-se, por consectário lógico, que não são todas as normas aplicáveis ao casamento que serão estendidas à relação jurídica decorrente da união estável, tais como, v.g., as normas restritivas de direitos (autonomia privadas), as causas suspensivas e a previsões sucessórias²⁶.

3.1. LEI Nº 8.971/1994

Na esteira da Constituição de 1988, a entrada em vigor da Lei nº 8.971 de 1994, representa, embora muito timidamente, conquista de direitos aos companheiros em união estável. A despeito de sua curta vigência, fixou a lei, a) requisito de 5 anos ou surgimento de prole para a constituição de uma união estável (a separação de fato não permitia a constituição de união estável), b) direito a alimentos, comprovada sua necessidade, c) direito à sucessão.

A despeito dos direitos acima referidos, a lei supracitada padece de uma péssima técnica redacional, tornando-a pitoresca²⁷, além de confundir meação com sucessão (art. 3º). Ope-rou, felizmente, poucos efeitos no mundo jurídico, tendo logo sido substituída pelo próximo diploma normativo.

3.2. LEI Nº 9.278/1996 (LEI ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO)

²⁴ Tartuce e Simão, *Direito Civil*, pp. 282.

²⁵ Tartuce e Simão, *Direito Civil*, pp. 282-283.

²⁶ Tartuce e Simão, *Direito Civil*, p. 285.

²⁷ Além da opção pela expressa discriminação do gênero do sujeito de direitos,

Com a entrada em vigor da Lei nº 9.278/1996, também denominada Lei Álvaro Villaça Azevedo, haja vista a profunda contribuição acadêmica do jurista para sua elaboração, uma série de conquistas foi consolidada para os companheiros em união estável, quais sejam, a) não fixou prazo para que a união estável se configurasse, b) salvaguardou a possibilidade de que pessoas separadas de fato constituíssem união estável, c) fixou a competência na Vara de Família para a discussão de qualquer matéria relativa ao instituto, d) assegurou direito real de habitação ao companheiro sobrevivente e, finalmente, estabeleceu a e) presunção *juris et de jure* de que os bens, adquiridos no decorrer da união estável, foram adquiridos a título oneroso pelo esforço comum.

Ademais, dirimindo a péssima redação da lei anterior, a Lei nº 9.278/1996 bem determinou a natureza jurídica de *condomínio* dos aquestos adquiridos pelos companheiros na constância da união estável (art. 5º), pois não há se falar em alteração do estado civil através da constituição de união estável.

3.3. CÓDIGO CIVIL DE 2002

Com a promulgação do Código Civil, embora parca e insuficientemente regulamentada, a união estável foi disciplinada dentre os artigos 1.723 (corolário do artigo 226, § 3º da Constituição) a 1.727²⁸. Na verdade, apenas os artigos 1.723, 1.724 e 1.725 efetivamente encerram disposições substantivas quanto ao instituto em apreço, pois o art. 1.726 corresponde ao mandamento constitucional de facilitação na conversão da união estável em casamento, enquanto o artigo derradeiro, 1.727, apenas define o que é concubinato.

É de se notar, outrossim, a disparidade entre a regulamentação das relações patrimoniais atinentes ao casamento

²⁸ Tartuce e Simão, *Direito Civil*, p. 287.

(artigos 1.639 a 1.688, ou seja, 49 dispositivos) e àquela reservada à união estável (artigo 1.725, apenas).

Embora não tenha estabelecido prazo para a sua caracterização, o artigo 1.723²⁹ fixou alguns requisitos para existência de uma união estável, a saber, i) união pública, ii) contínua e duradoura e com o objetivo de iii) constituir família.

Ser pública significa não ser clandestina, oculta. Contínua pressupõe inexistência de interrupções (o famoso “tempo”) e duradoura. Finalmente, o objetivo em comum (*animus familiae*) arremata o rol de elementos caracterizadores da união estável.

Assim, embora existem os critérios acima elencados, a Súmula nº 382 do STF ainda goza de força normativa, motivo pelo qual a convivência (*more uxório*) não é essencial à caracterização do instituto³⁰.

4. ESCRITURA PÚBLICA

Algumas formas jurídicas existem porque sua constituição exigiu a intervenção de um oficial público. Tornam-se essas formas, decorrência lógica, públicas³¹. E, extrapolando-as, algumas formas, notadamente privadas, às quais o direito não impõe manifestação de vontade solene, são tornadas públicas com o fito de fazer certa a relação jurídica contraída. Este efeito, profilático da intervenção notarial, tende a facilitar a resolução de eventuais lides que surjam durante o cumprimento daquilo que foi avençado. Esta forma, nesse sentido, representa prova pré-constituída com presunção *juris tantum*, e, como resultado, contribui para estabelecer segurança jurídica *a priori* às partes contratantes. Nestas hipóteses, o incremento de sole-

²⁹ Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

³⁰ Tartuce e Simão, *Direito*, p. 287.

³¹ Cf. L. BRANDELLI, *Teoria*, p. 244.

nidades não substanciais do ato, é dizer, o “excesso de forma”, é *ad probationem*³².

Das inúmeras espécies de formas públicas, destacam-se as notas de tabelião, as formas notariais, aquelas em que há intervenção de um oficial público, profissional do direito, o notário³³.

Essas formas, no entanto, não seguem mais uma lógica de formulários, como no período de outrora. São as formas tabelionares produto da racionalização e criatividade do tabelião, devendo-se amolda-las aos desígnios privados, sem que, no entanto, a ordem jurídica seja ameaçada no plano da validade, ou mesmo da eficácia. O tabelião é um agente profilático.

5. REGIME DE BENS

5.1. HERMENÊUTICA DAS NORMAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

5.1.1. A OUTORGA ENTRE COMPANHEIROS

O problema de eventual meação não deverá gerar confusões quanto à outorga. Isso porque esta se exige, *v.g.*, quando o cônjuge pretende dar em garantia (hipoteca) ou alienação (venda) bem particular que não pertence ao outro cônjuge (art. 1.647 do CC). No que se refere a bem comum, não há que se mencionar outorga, pois ambos os cônjuges deverão hipotecar ou alienar o bem conjuntamente, já que ambos são proprietários. Trata-se de hipóteses de condomínio..

³² Nas hipóteses em que o direito objetivo não imprime exigência formal sobre a manifestação de vontade do emitente, diz-se que esta não é elemento essencial, substância do ato – *forma ad substantiam*. Assim, a adoção de maiores solenidades em negócio de forma livre busca a facilitação da prova dos fatos alegados, cf. J. C. MOREIRA ALVES, *Direito*, p. 158.

³³ Cf. L. BRANDELLI, *Teoria*, p. 244.

6. NORMAS DE ORDEM PÚBLICA

6.1. PACTOS SUCESSÓRIOS NÃO TESTAMENTÁRIOS – *PACTA CORVINA*

Norma de ordem pública, o artigo 426 do Código Civil veda a cláusula sucessória não testamentária denominada, pela doutrina, *pacta corvina*. E, por se tratar de objeto ilícito, nos termos do artigo 104 do referido diploma, a avença será, caso exista, nula.



BIBLIOGRAFIA JURÍDICA CONSULTADA

- ALVES, José Carlos Moreira, *Direito Romano*, 14ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010, pp. 1-822.
- BRANDELLI, Leonardo, *Teoria Geral do Direito Notarial*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011.
- CARVALHO, Paulo de Barros, *Curso de Direito Tributário*, 23ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011, pp. 33-682.
- CENEVIVA, Walter, *Lei dos Notários e dos Registradores Comentada*, 8ª ed., São Paulo, Saraiva, 2010.
- CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu; SIMÃO, José Fernando; FUJITA, Jorge Shiguemitsu; ZUCCHI, Maria Cristina (orgs), *Direito de Família no Novo Milênio – Estudos em Homenagem ao Professor Álvaro Villaça Azevedo*, São Paulo, Atlas, 2010.
- DIAS, Maria Berenice, *Manual de Direito das Famílias*, 8ª ed., RT, São Paulo, 2013.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, *Curso de Direito*

Constitucional, 34^a ed., São Paulo, Saraiva, 2008, pp. 3-398.

FRANÇA, Rubens Limongi, *Manual de Direito Civil – Doutrina Especial do Direito de Família*, São Paulo, RT, 1972, pp. 101-335.

GOMES, Orlando, *Introdução ao Direito Civil*, 20^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010, pp. 3-401.

_____. *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro*, 2^a ed., São Paulo, Martins Fontes, 2006, pp. 3-46.

MASCARO, Alysson Leandro, *Filosofia do Direito*, 2^a ed., São Paulo, Atlas, 2012, pp. 1-580.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de, *Tratado de Direito Privado – Parte Especial – Direito de personalidade. Direito de família: direito matrimonial*, Tomo VII, 3^a ed., Rio de Janeiro, Borsoi, 1970.

RODRIGUES, Marcelo Guimarães, *Tratado de Registros Públicos e Direito Notarial*, São Paulo, Atlas, 2014, pp. 1-856.

SIMÃO, José Fernando, *Tempo e Direito Civil – Prescrição e decadência*, Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2011, pp. 12-334.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando, *Direito Civil – Direito de Família*, v. 5, 6^a ed., São Paulo, Método, 2011, pp. 29-529.

DICIONÁRIOS CONSULTADOS

AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira, *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 5^a ed. Curitiba, Positivo, 2010, pp. 1-2196.

DE PLÁCIDO e Silva, *Vocabulário Jurídico*, 29^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2012, pp. 1-1498.

GERALDO DA CUNHA, Antônio, *Dicionário Etimológico da*

Língua Portuguesa, 4ª ed. Rio de Janeiro, Lexikon, 2012, pp. 1-691.

FONTES ELETRÔNICAS CONSULTADAS

<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>
http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp
<http://www.tjsp.jus.br/>
<http://www.professorsimao.com.br/>

SELEÇÃO DE JULGADOS

1. TJSP
- 1.1. 2008, Ap. nº 483.051-4/0-00 – 3ª C. Dir. Privado, Rel. Des. Egídio Giacoia (*força probante da escritura pública; declaração prestada a tabelião; documento público presumidamente hígido*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2702507&cdForo=0&vlCaptcha=frrwy>
- 1.2. 2009, Ap. nº 507.312-4/5-00 – 3ª C. Dir. Privado, Rel. Des. Egídio Giacoia (*recurso pela impossibilidade de reconhecimento de união estável entre pessoas casadas; escritura pública de reconhecimento de filhos com declaração de união estável – convivência marital*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3608846&cdForo=0>
- 1.3. 2012, Ap. nº 0001045-52.2010.8.26.0337 – 2ª C. Dir. Privado, Rel. Des. Flavio Abramovici (*higidez da declaração; fé pública que ratifica demais elementos demonstrativos de união estável*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5690824&cdForo=0>
- 1.4. 2012, Ap. nº 0001519-36.2011.8.26.0483 – 3ª C. Direi-

- to Privado, Rel. Des. Jesus Lofrano (*força probante da escritura pública de união estável; validade das declarações*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5740945&cdForo=0>
- 1.5. 2012, Ap. nº 0279903-91.2009.8.26.0000 – 8ª C. Dir. Privado, Rel. Des. Hélio Faria (*união estável paralela; escrituras públicas coexistente e temporalmente sobrepostas; hetergrafia documental não contempla a veracidade declaratória; ausência do affectio maritalis comprovada pelas provas colacionadas*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6032399&cdForo=0&vlCaptcha=ytuzd>
- 1.6. 2013, Ap. nº 0019760-24.2010.8.26.0053 – 10ª C. Dir. Privado, Rel. Des. Antonio Carlos Villen (*escritura declaratória de união estável constitui prova da declaração, mas não do fato declarado; escritura com declaração unilateral não possui valor probante*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6798217&cdForo=0&vlCaptcha=uchwz>
- 1.7. 2013, Ag. nº 2034591-03.2013.8.26.0000 – 10ª C. Dir. Privado, Rel. Des. João Batista Vilhena (*escritura pública de união estável faz prova absoluta até o momento de sua lavratura, passado o qual possuirá efeitos iuris tantum*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7146420&cdForo=0>
- 1.8. 2014, Ap. nº 0631342-93.2008.8.26.0100 – 10ª C. Dir. Privado, Rel. Des. Carlos Alberto Garbi (*inexiste efeito retroativo à declaração de união estável estabelecida entre as partes*), disponível in: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7761077&cdForo=0&vlCaptcha=qhhps>